



EDUCAÇÃO, EXCLUSÃO SOCIAL E LITERATURA FEMININA NO SÉCULO XIX: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ADAPTAÇÃO FÍLMICA DE “ORGULHO E PRECONCEITO”, DE JANE AUSTEN

WANDELA JHENY DINIZ SINÉZIO (UEPB)

wandelajheny@gmail.com

SENYRA MARTINS CAVALCANTI (UEPB) - Orientadora

Senyra@hotmail.com

EIXO TEMÁTICO: INCLUSÃO, RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL, OU EDUCAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL; DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE CULTURAL.

CATEGORIA: COMUNICAÇÃO ORAL

Introdução

Desde os primórdios, as mulheres são vistas como reflexo da eterna Eva, a mulher origem do mal e da infelicidade retratada no *Gênesis*. Possivelmente, em decorrência desta origem bíblica, gerações vivenciaram uma realidade na qual as mulheres eram consideradas inferiores aos homens e a autoridade dos homens sobre elas não eram questionadas. Foi a partir da luta das mulheres com seus próprios movimentos que essa situação foi denunciada e então passou a ser considerada como construção injusta o preconceito de gênero.

Neste artigo, analisarei a educação feminina e a exclusão das mulheres da vida pública - no final do século XVIII e início do XIX - através da adaptação fílmica da obra “Orgulho e Preconceito”, de Jane Austen (publicada em 1813), em 2005 por Joe Wright (“Pride and Prejudice”). “Orgulho e Preconceito” reconstrói os costumes da época a respeito das mulheres na Inglaterra, os quais podemos apontá-los como costumes frios e conservadores. Tanto o livro quanto o filme deixam claro como a autora recusa o silêncio e a posição inferiorizada da mulher naquela sociedade. Austen aborda com ironia a relação entre os sexos através da personagem Elizabeth. Elizabeth não é o alterego da autora, mas possui bastante em comum com as experiências que Austen teve. Em uma passagem da obra, Elizabeth deixa claro sua indignação com a lei que impede as mulheres de herdarem os bens ou as propriedades da família, as quais passariam para o parente masculino mais próximo.



Metodologia

Neste artigo, optamos pela análise da educação feminina na história através do cinema, mesmo observando que essa abordagem não é consensual para os historiadores. Historiadores criticam o cinema como fonte histórica. Ferro (1992) afirma que o cinema sempre foi desprezado pelos historiadores. “O cinematógrafo é uma máquina de idiotização e de dissolução, um passatempo de iletrados, de criaturas miseráveis exploradoras por seu trabalho” (DUHAMEL, apud FERRO, 1992). Conforme Ferro (1992), esse desprezo pelo cinema reflete um distanciamento dos historiadores por não enxergarem outras informações como os risos, gestos, gritos, sempre considerados “produtos de um discurso tido como fútil e subalterno”. O autor (1992) ainda afirma que não devemos buscar somente ilustração, mas considerar as imagens como tais, como o risco de apelar para outros saberes para melhor compreendê-las.

Segundo Ferro (1992), os historiadores já recolocaram em seu legítimo lugar as fontes de origem popular: os folclores, as artes e as tradições populares. Resta agora estudar o filme, imagem ou não da realidade, documento ou ficção (...) as crenças, as intenções, o imaginário é tão História quanto a História. No entanto deixa claro que o filme é testemunho da História. Ferro (1992) possui um diferencial, ele entende que por trás da construção de um filme existe “uma zona de realidade não-visível”; que por trás do conteúdo aparente existe um conteúdo latente, o qual pode revelar algo sobre uma dada realidade. Considera ainda, que a identificação dos lapsos, fragmentos involuntários que escapam aos objetivos de quem produz o filme, seria o meio para se chegar a esse elemento real oculto. É isso que o autoriza a dizer que o filme é uma contra-análise da sociedade.

Em Ferro (1992), as fontes não são excludentes, deve-se ter em mente que o fato histórico permanece como o referencial de análise. Morettin (2011) afirma que Ferro (1992) se preocupa com a veracidade da fonte e com a busca do documento autêntico ele idealiza o alcance de uma realidade, numa perspectiva que tem como eixo o fato histórico, reinterpretado.

O livro e o filme mostram que é possível analisar e conhecer como era aquela determinada sociedade. Notamos que por ser tratar de uma adaptação literária, buscamos na tela exatamente os mesmos elementos vistos no livro e acabamos frustrados. Porém, vale aqui ressaltar, a dificuldade para roteiristas na adaptação de um romance para o cinema, pois é necessário resumir, editar as falas, etc., para que se tornem adequadas ao meio. “Avaliação acerca da pertinência histórica do documento fílmico é dada pelo saber que já se deteve sobre



as fontes escritas e que pode assim, aquilatar a qualidade de sua informação” (FERRO, 1992, apud MORETTIN, 2011).

Análise dos resultados

Desde que surgiram os primeiros filmes, os romances tem sido importantes para o cinema e é na forma de romance que Austen critica a desigualdade de gênero de sua época. Na primeira parte do filme conhecemos o objetivo principal das mulheres do período: o casamento e seus desdobramentos para a família e para a sociedade (*status*, segurança econômica, filhos legítimos, etc.). O filme aborda as fracas opções para as mulheres garantirem um sustento na velhice sem o casamento. A opção era se casar, até mesmo para garantir a sobrevivência básica, já que não era as mulheres de boa posição social trabalhar. O filme e o livro abordam como os personagens se relacionam com essa situação. Elizabeth, a personagem principal, está decidida a não se casar, a menos que seja compelida por um amor verdadeiro. A visão de Elizabeth sobre o casamento contribui para que o espectador/leitor perceba como as relações entre os personagens eram influenciadas por Austen. Os acontecimentos são narrados pela personagem de Elizabeth, ou seja, Austen, a qual conta a história, porém, restrito aquilo que vivencia, pensa e sente.

A obra de Austen (2011) considera como foco principal a situação da mulher do século XVIII e início do XIX, questões como: falta de educação das mulheres, falta de conhecimento, o casamento como aprisionamento e a construção da identidade feminina, reforçam profundamente a visão de exclusão e privatização das mulheres das classes altas dos espaços públicos, deixando-as restritas à função de mães, sem possibilidade de desenvolvimento do intelecto.

A imposição de um processo de socialização diferenciado às mulheres pode ser vista desde a sua infância, se observarmos que as meninas são incentivadas a serem passivas, sensíveis e frágeis, e os brinquedos infantis reforçam o papel de mãe, dona de casa, ou seja, as meninas brincam de boneca, casinha, fazer comida - tudo isto dentro do lar. Os meninos, pelo contrário, brincam em espaços abertos, na rua. Jogam bola, brincam de carrinhos, e, de fato até nos jogos comandam e são incentivados a serem fortes independentes e valentes.

Conforme Perrot (1988), o século XIX acentua a racionalidade harmoniosa da divisão sexual. Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços: “Ao homem, a madeira, os metais. À mulher, a família e os tecidos”, declara um delegado operários da exposição mundial de 1867.



Na educação da mulher, durante a época de Austen, não existia um sistema de educação propriamente dito. As mulheres pertencentes à nobreza local já tinham acesso a educação mesmo que de forma precária. A educação era com bases no Iluminismo, como na obra “O Emílio”, de Rousseau. O ideal de Rousseau limita o acesso feminino à educação por afirmar que os livros e a racionalidade haviam sido criados para a degustação masculina, reforçando a idéia da mulher como propriedade do pai quando solteiras e do marido quando casadas. A influência do iluminismo criou um sistema educativo fundamentador da razão, dessa forma, para os pensadores do Iluminismo, a mulher estava excluída dessa necessidade educativa. Assim, muito “naturalmente”, desde os primórdios, Rousseau afirma que ao homem cabia o espaço público enquanto à mulher cabia o espaço privado. A conduta recomendada para as mulheres era a educação em aspectos domésticos, religião e “talentos”, ou seja, tudo em função do casamento. A obra de Austen descreve as diferentes habilidades que uma mulher que busca marido deve ter para atraí-lo.

Acho incrível, diz Bingley, como todas as jovens tem tanta paciência para cultivar todos esses talentos. (...) Todas pintam, forram biombos e fazem bolsas não conheci uma que não sabia fazer tudo isso está seguro de que jamais me falaram de uma jovem pela primeira vez sem referir-se a qual talentosa ela era. (...) Uma mulher deve ter um amplo conhecimento de música, canto, desenho, dança e línguas modernas para merecer essa palavra (talentosa) e aparte de tudo isso, deve haver algo em seu ar, em sua maneira de andar, no tom da sua voz, em sua forma de relacionar-se com as pessoas, e em sua expressão que, se não for assim não merecerá completamente a palavra (AUSTEN, 2011, p. 43-44)

A identidade feminina, na visão de Austen, é estabelecida de maneira complexa. Austen critica o lugar da mulher na sociedade argumentando que a visão da sociedade sobre o casamento desvaloriza a identidade feminina. No entanto, percebe-se que a educação era restrita e foi totalmente direcionada às mulheres apenas para que elas conseguissem casar, visto que as mulheres não faziam “nada mais que sua obrigação” e estava destinada a viver o resto de sua vida dependendo do homem (marido). A única segurança financeira para as mulheres era casar-se com um marido rico. “As mulheres estavam investidas de um grande poder social, realizando as funções de mãe e esposa” (PERROT, 1988, p. 179).

“Orgulho e Preconceito” é um filme britânico, de 2005, do gênero drama, dirigido por Joe Wright e com roteiro baseado no romance da escritora britânica Jane Austen, publicado em 1813. O livro foi escrito antes da autora completar vinte e um anos, em 1797, e era inicialmente chamado *First Impressions*, não foi publicado com esse título. A história se passa em meados século XIX, na Inglaterra rural. A família Bennet, que consistem no Sr. Bennet, um homem reservado, a Sra. Bennet, uma mulher antiética e sem polimento social, e



suas cinco filhas Jane, Elizabeth (Lizzy), Mary, Catherine (Kitty) e Lydia. Por não ter filhos homens, a família Bennet terá que transmitir sua herança para o parente masculino mais próximo, o primo clérigo Mr. Collins.

A história de “Orgulho e Preconceito” começa com a chegada de dois homens ricos à uma propriedade perto da casa da família Bennet, Mr. Darcy e Mr. Bingley. A personagem central é Elizabeth que tem uma personalidade resoluta e que deseja se casar um dia “se for por amor”. Na época, as moças eram educadas em casa. O pai de Elizabeth tinha uma biblioteca e suas filhas liam os livros em casa, porém a filha que lia mais e sempre estava com o livro na mão era Elizabeth. Elizabeth, por não concordar com casamentos “arranjados”, recusa o pedido de Mr. Collins, por se tratar apenas de um interesse familiar para que a herança de seu pai não saísse das mãos da família. Casar-se com Mr. Collins seria um “casamento sem amor”. A mãe de Elizabeth Bennet, é apresentada como uma mãe ansiosa por casar suas cinco filhas e, assim, garantir às filhas uma situação financeira boa, no futuro. Mrs. Bennet influencia tanto as filhas, que Lydia acaba fugindo com Wickham, manchando o nome da família. Mr. Darcy paga o dote a Wickham para que ele se casasse com Lydia, salvando a reputação da família. A filha mais velha da família Bennet, Jane, se casa com Mr. Bingley, o outro personagem masculino, jovem e rico da história. Há também uma moça que já era considerada “um caso perdido” por estar “velha demais para se casar”, Charlotte Lucas, a melhor amiga de Elizabeth. Charlotte acaba se beneficiando da recusa de Elizabeth ao pedido de casamento de Mr. Collins. Charlotte acaba aceitando um pedido de casamento de Mr. Collins para lhe assegurar uma segurança financeira e não ser um peso na família, visto que já era velha e também se interessa por um “lar confortável”. Elizabeth não concorda com Charlotte, mas acaba aceitando para não perder a amizade. Pode-se considerar Charlotte como o retrato da mulher naquela sociedade.

Elizabeth e Darcy já possuíam opiniões formadas a respeito do outro. Elizabeth achava-o arrogante e orgulhoso - provavelmente resulta daí o nome o título (“Orgulho e Preconceito”) - por ele ter se recusado a dançar com ela, e ele pela sua diferença social, mas Darcy acaba se apaixonando por Elizabeth e pede-a em casamento. Porém Elizabeth recusa, com preconceito, não o via com bons olhos. No fim da história, Elizabeth e Darcy se casam, superando o orgulho de um e o preconceito de outro. Na história, percebe-se a verdadeira intenção de Austen. Como vimos antes, as descrições são dadas pela visão da personagem central (Elizabeth), a qual expressa diretamente suas emoções, estas são percebidas através de atitudes.



Na análise comparativa do filme e do romance, percebe-se o posicionamento da autora em relação a esta abordagem, que de fato pode ser vista como uma crítica a situação das mulheres naquela sociedade. Assim vale aqui perguntar: “A que se propõe um filme?” “Contar histórias alcançar um grande público?” “Ganhar prêmios?”

Analisar um filme é delimitar um terreno, medi-lo, esquadrihá-lo muito precisamente (trata-se de um fragmento de obra ou de uma obra inteira). Uma vez recortado e batizado o terreno, devemos nele, e em conformidade com a sua natureza efetuar seus próprios movimentos de pensamento (LEUREAT, 1995, p.32 Apud MORETINN, 2011)

No entanto, o cinema nos permite “ver o passado”, como afirmou Rosenstone (2010). À primeira vista, “Orgulho e Preconceito” parece-nos uma simples historia de amor com um final feliz. Entretanto, depois de uma leitura mais atenta e uma análise mais profunda do enredo, pode-se chegar a uma análise da realidade educacional da época. “Uma contribuição original para o entendimento dos fenômenos do passado e de sua relação com o presente” (FERRO, 1988, p. 158-64, Apud ROSENSTONE, 2010).

Considerações Finais

O lugar social da mulher no século XVIII e início do século XIX nos faz pensar que realmente essa época foi uma época de injustiças contra o feminismo e que de fato houve uma preocupação da autora (Austen) nas ações e comportamentos das personagens diante de seus dilemas. De fato, as mulheres eram excluídas da educação e sua única saída era o casamento. Então, se pode afirmar que o casamento era uma espécie de prisão, que afetava muitas mulheres.

Depois de ler muitas críticas e muitas opiniões a respeito de Jane Austen e sua obra, conheci um pouco mais a sua história e trajetória. Em Austen, podemos conhecer como eram as leis e os costumes de sua época. O retrato da sociedade na época, permite perceber o motivo da preocupação de Austen em relação à educação feminina e ao casamento. Percebe-se também que apesar de haver críticas contra o cinema como fonte da história, este, de fato, nos permite fazer uma releitura da educação feminina na época.

Um filme consegue adaptar um romance renovando a sua apresentação e a sua narração sem dele modificar a essência, sendo fiel a uma obra. Como vimos há dificuldades em se filmar uma obra literária. Uma das dificuldade é trazer à tela a narrativa do texto, no entanto, o cinema consegue com a música, com a paisagem, com os protagonistas “criar o



clima” ideal para uma cena de amor ou de suspense, mantendo a mesma qualidade e trazendo magníficas obras de arte - literatura e cinema.

Por tudo o que foi exposto anteriormente, trago aqui a necessidade de os professores trabalharem em sala de aula utilizando o cinema, visto que o filme possui valor de análise, e se utilizado como documento ajudará na construção de um conhecimento histórico sobre os mais diversos temas. Também poder ser uma ferramenta de apoio fundamental nas aulas, principalmente de história. O cinema além de ser uma maneira prazerosa de o aluno aprender é também uma forma de inovar a educação.

Referências Bibliográficas

AUSTEN, Jane. **Orgulho e Preconceito**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? In: **Cinema e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. (p. 25-47)

MORETTIN, Eduardo. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. In: CAPELATO, Maria Helena et all. **História e cinema**: dimensões históricas do audiovisual. 2^a.ed. São Paulo: Alameda, 2011. (p. 39-64).

ORGULHO E PRECONCEITO. Direção: Joe Wright. Universal Home Vídeo 2005. Internet (127 min). <Disponível em: www.supercine.com>. Acesso em: 14 jul.2014.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História**: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ROSENSTONE, Robert. Ver o passado. In: **A história nos filmes - os filmes na história**. São Paulo: Paz e Terra, 2010. (p. 27-54).

ORGULHO E PRECONCEITO In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <[Wikipedia.org/wiki/Orgulho e Preconceito](http://Wikipedia.org/wiki/Orgulho_e_Preconceito)>. Acesso em: 11 set.2014.